

O DEMAGOGO E O TIRANO

Luciano Saldanha Coelho.
Advogado.

Ao se manifestar sobre o incidente ocorrido na última Cúpula Ibero-Americana, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu em defesa de Hugo Chávez, dizendo que ele não exagerou nas suas intervenções e que a Venezuela seria um modelo de democracia.

No Brasil, a manifestação de Lula despertou suspeitas sobre seu interesse na aprovação da proposta de emenda constitucional que autorizaria o terceiro mandato presidencial. Na Venezuela, estudantes e advogados são focos de resistência. A Igreja Católica, que é uma das instituições mais críticas à reforma constitucional, já é alvo de intensa perseguição política. Na Europa, o Parlamento Europeu disse temer que o referendo “conceda poderes imperiais ao presidente”.

O “Socialismo Bolivariano” e o “Proyecto Nacional Simón Bolívar”, idealizados por Hugo Chávez, nada mais são que um projeto revolucionário que tem como objetivo a transformação da Venezuela em um Estado Socialista.

A denominada “reforma constitucional”, cujo referendo se realizará no próximo dia 2, é uma das etapas do processo revolucionário socialista de Chávez. De acordo com o “Ministerio del Poder Popular del Despacho de la Presidencia” da Venezuela, esse processo revolucionário está dividido em cinco etapas, chamadas de “cinco motores rumo ao socialismo”: o primeiro motor é a “*Ley Habilitante*” (lei de exceção); o segundo motor é a “reforma constitucional” (criação do Estado Socialista); o terceiro motor é denominado de “Moral e Luzes” (projeto pedagógico socialista); o quarto motor é a “Nova geometria do poder” (reordenamento socialista da geopolítica); e o quinto, é a “Explosão do poder comunal” (democracia revolucionária).

Nesse processo revolucionário, a Lei Habilitante foi aprovada em janeiro de 2007, dando poderes de emergência a Chávez, pelo período de 18 meses, para governar por meio de decreto, dando à Venezuela a forma de um Estado de Exceção. Agora, com a “reforma constitucional”, o que se pretende é o abandono definitivo do Estado Democrático de Direito.

De acordo com o projeto bolivariano, Chávez quer implantar na Venezuela uma “democracia revolucionária” (“nada detiene la revolución!”). No entanto, para os que defendem o Estado Democrático de Direito, a democracia revolucionária não é uma verdadeira democracia, mas uma forma degenerada, que pode ser chamada, como os antigos, de oclocracia ou demagogia, o governo das turbas. A forma de governo que merece levar o nome de democracia é aquela que, além de afirmar o princípio da maioria, tem seu fundamento na intangibilidade dos direitos fundamentais: a “democracia constitucional”.

Na Venezuela, o modelo democrático constitucional está sendo destruído pelo processo revolucionário. Se é possível ver no Estado Venezuelano a passagem da democracia constitucional à democracia revolucionária, da democracia à oclocracia, a abolição do princípio da separação de poderes, sob as mãos de ferro de Chávez, é um indício de que a oclocracia é apenas uma forma transitória de governo. A forma final

desse governo, se tudo continuar como está, será a da tirania, que, de acordo com a lição de Bártolo de Sassoferrato, pode ocorrer quando o governante não goza da legítima investidura (*ex defectu tituli*) ou quando comete abusos de poder (*ex parte exercitii*).

Na Venezuela sonhada por Chávez haverá um Estado Socialista e não mais um Estado Democrático de Direito, uma democracia revolucionária e não mais uma democracia constitucional e, por fim, um ditador e não mais um presidente da república.

Portanto, ao contrário do que afirmou o Presidente Lula, é forçoso concluir que a Venezuela não é um modelo de democracia e que o presidente Chávez, na acepção clássica dos vocábulos, se encontra entre o demagogo e o tirano.